

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA A DISTÂNCIA

CRISTIANE FELIPE RODRIGUES

O ENSINO DE TEMPO INTEGRAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BAMBUÍ

Bambuí - MG

2025

CRISTIANE FELIPE RODRIGUES

O ENSINO DE TEMPO INTEGRAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BAMBUÍ

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Práticas Pedagógicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Práticas Pedagógicas.

Orientadora: Ma. Camila Similhana de Sousa

Bambuí – MG

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R696e Rodrigues, Cristiane Felipe.

O ensino de tempo integral em uma escola pública de Bambuí.
[manuscrito] / Cristiane Felipe Rodrigues. - 2025.

52 f.

Orientadora: Profa. Dra. Camila Similhiana de Oliveira de Souza.
Produção Científica (Especialização). Universidade Federal de Ouro
Preto. Centro de Educação Aberta e a Distância.

1. Escolas públicas. 2. Educação. 3. Educação integral. I. Souza,
Camila Similhiana de Oliveira de. II. Universidade Federal de Ouro Preto.
III. Título.

CDU 37.018.591

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana Matias Felicio Soares - SIAPE: 1.648.092



FOLHA DE APROVAÇÃO

Cristiane Felipe Rodrigues

"ENSINO DO TEMPO INTEGRAL EM ESCOLAS PÚBLICAS"

Monografia apresentada ao curso de Práticas Pedagógicas da Universidade federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Práticas Pedagógicas.

Aprovada em 31 de Julho de 2025.

Membros da banca

Profa .Dra. Camila Similhana Oliveira de Souza-orientador

Profa.Cláudia Simony Mourão Pereira

Prof. Túlio Henrique Pinheiro

Prof. Dr. Solano de Souza Braga, Coordenador do Curso, aprovou a versão final e autorizou se depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Cursos da UFOP em 12/09/2025



Documento assinado eletronicamente por **Solano de Souza Braga, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/09/2025, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0977274** e o código CRC **053B8234**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.011408/2025-61

SEI nº 0977274

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3559-1355 - www.ufop.br

RESUMO

Nas últimas décadas, o governo brasileiro tem buscado alternativas educacionais que promovam o acesso, a permanência e o desenvolvimento integral dos estudantes. Entre essas iniciativas, destaca-se a educação em tempo integral, que amplia a jornada escolar e articula o conhecimento acadêmico às dimensões sociais, culturais, esportivas e emocionais do estudante. Este trabalho teve como objetivo analisar as estratégias de implementação dessa modalidade em uma escola pública estadual de Bambuí – MG e investigar seus impactos na aprendizagem, na organização pedagógica e na atuação docente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e de corte transversal, realizada por meio de entrevista semiestruturada com uma profissional pedagógica da instituição. A análise de conteúdo das respostas revelou que o processo de implementação envolveu diagnóstico institucional, adequações estruturais, formação continuada de professores, reorganização curricular e elaboração de um novo Projeto Político-Pedagógico. Entre os principais desafios, destacaram-se limitações de infraestrutura, financiamento instável, resistência de parte da comunidade escolar e necessidade contínua de capacitação docente. Os resultados indicam impactos positivos na aprendizagem e no engajamento dos estudantes, fortalecendo o vínculo com a escola e contribuindo para a redução de desigualdades educacionais. Conclui-se que a efetividade da educação em tempo integral depende de planejamento estruturado, investimento público contínuo, gestão participativa e integração entre escola, família e comunidade.

Palavras-chave: Tempo Integral, escola, educação integral.

ABSTRACT

In recent decades, the Brazilian government has sought educational alternatives that promote access, retention, and the holistic development of students. Among these initiatives, full-time education stands out, as it extends the school day and integrates academic knowledge with the social, cultural, sports, and emotional dimensions of the student. This study aimed to analyze the implementation strategies of this modality in a state public school in Bambuí – MG and to investigate its impacts on learning, pedagogical organization, and teaching practice. This is a qualitative, descriptive, cross-sectional research, carried out through a semi-structured interview with a pedagogical professional from the institution. Content analysis of the responses revealed that the implementation process involved institutional diagnosis, structural adjustments, continuous teacher training, curriculum reorganization, and the development of a new Political-Pedagogical Project. The main challenges identified were infrastructure limitations, unstable funding, resistance from part of the school community, and the ongoing need for teacher training. The results indicate positive impacts on student learning and engagement, strengthening the bond with the school and contributing to the reduction of educational inequalities. It is concluded that the effectiveness of full-time education depends on structured planning, continuous public investment, participatory management, and integration between school, family, and community.

Keywords: Full-time, school, integral education..

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Objetivo geral.....	12
1.2	Objetivos específicos.....	12
1.3	Justificativa	12
2	REVISÃO DA LITERATURA	14
3	METODOLOGIA.....	20
3.1	Caracterização da pesquisa	20
3.2	Classificação da pesquisa	20
3.3	Delimitação da pesquisa.....	20
3.4	Técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados	21
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	21
5	CONCLUSÃO.....	37
	REFERENCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o governo brasileiro tem buscado alternativas educacionais que promovam não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e o desenvolvimento integral dos estudantes. Dentre essas alternativas, existe a educação em tempo integral, que é uma proposta que visa ampliar a jornada escolar e oferecer uma formação mais completa, articulando o conhecimento acadêmico às dimensões sociais, culturais, esportivas e emocionais do estudante.

De acordo com o portal de informações do Diário Oficial da União, o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023, tem como objetivo principal fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, com foco na educação integral. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação integral é compreendida como uma proposta educacional que visa ao desenvolvimento pleno dos estudantes, considerando todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural.

Sob a coordenação da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação, o programa busca alcançar a meta 6 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, uma política de Estado construída pela sociedade e aprovada pelo parlamento brasileiro, buscando ampliar a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas, garantindo que pelo menos 50% das escolas e 25% dos alunos da educação básica tenham acesso a essa modalidade.

O programa oferece assistência técnica e financeira para a criação de matrículas em tempo integral, com carga horária igual ou superior a sete horas diárias ou 35 horas semanais. As propostas pedagógicas devem estar alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ampliando a jornada na perspectiva da educação integral. O alinhamento à BNCC assegura que o currículo ampliado na educação integral conte com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes previstos no documento. A ampliação da jornada vai além do aumento do tempo escolar, buscando desenvolver todas as dimensões do estudante, conforme propõe a educação integral. Além disso, prioriza as escolas que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Para que uma rede ou escola participe do programa e tenha acesso ao apoio financeiro oferecido, é necessário formalizar a adesão por meio de um processo oficial de inscrição no mecanismo de fomento federal. Contudo, implementar a educação integral com jornada ampliada envolve superar desafios como a adequação do currículo, a formação de professores, a reorganização dos espaços e tempos escolares, além do planejamento de ações articuladas com a comunidade. Isso exige uma gestão eficiente e estratégias bem estruturadas que garantam o funcionamento sustentável da proposta.

Para garantir a qualidade e a equidade na oferta do tempo integral, o programa foi estruturado em cinco eixos: ampliar, formar, fomentar, entrelaçar e acompanhar. Esses eixos foram concebidos para apoiar os estados e municípios em diferentes aspectos da implementação da educação em tempo integral. Isso inclui desde o aumento de matrículas e formação de profissionais, até o monitoramento contínuo das ações. Essa articulação visa garantir que a execução do programa seja eficiente e que seus efeitos sejam duradouros e adaptáveis às realidades locais.

Em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) lançou o projeto “Futuro é Agora”, com o objetivo de fortalecer o Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), engajando educadores, alunos e famílias na construção de uma escola que prepare o estudante para a vida acadêmica, para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania. Atualmente, 786 escolas no estado já oferecem essa modalidade de ensino, que visa não apenas a permanência dos estudantes, mas também o seu protagonismo e desenvolvimento pleno.

A implementação da Educação em Tempo Integral exige mudanças profundas na estrutura física das escolas (como espaços adequados para múltiplas atividades), na proposta pedagógica (com foco no desenvolvimento integral dos estudantes) e na forma de gerir a escola (planejamento, formação de equipe e uso eficiente dos recursos). Esses desafios só podem ser superados com o engajamento de todos os envolvidos, como gestores, professores, alunos, famílias e poder público, e com um planejamento estratégico claro, que defina metas, ações e acompanhamento contínuo para assegurar que a proposta seja eficaz e duradoura.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo investigar as estratégias adotadas para a implementação do ensino em tempo integral em uma escola estadual do município de Bambuí - MG, analisando os impactos dessa modalidade na aprendizagem dos estudantes, na organização pedagógica e na atuação dos professores.

1.1 Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo analisar as estratégias de implementação da educação em tempo integral em uma escola do município de Bambuí - MG, identificando impactos na aprendizagem dos alunos, na organização pedagógica e na atuação dos profissionais da educação.

1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- Analisar o processo de implementação da educação em tempo integral em uma escola pública estadual do município de Bambuí – MG;
- Investigar os impactos da educação em tempo integral na aprendizagem da escola em questão;
- Compreender as ações adotadas pela escola para garantir inclusão, equidade e formação integral dos estudantes, bem como o apoio fornecido aos professores nesse processo.

1.3 Justificativa

Nas últimas décadas, a educação básica no Brasil tem passado por significativas transformações, impulsionadas por políticas públicas que buscam não apenas ampliar o acesso à escola, mas garantir a permanência e o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse contexto, a educação em tempo integral se destaca como uma estratégia relevante para responder às demandas contemporâneas de uma formação mais abrangente, democrática e inclusiva.

A relevância do tema se evidencia, primeiramente, pela sua inserção em documentos orientadores da educação nacional, como o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja Meta 6 estabelece a ampliação da oferta de educação em tempo integral em 50% das escolas públicas, atendendo ao menos 25% dos estudantes (BRASIL, 2014). Essa proposta foi reforçada pela criação do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640/2023, que visa fomentar a implementação de matrículas em tempo integral em todas as etapas da educação básica, priorizando o desenvolvimento pleno dos estudantes (BRASIL,

2023).

Sob o ponto de vista teórico, autores como Coelho (2012) e Moll (2012) defendem que a educação integral vai além da simples extensão do tempo escolar, propondo uma reorganização do tempo e do espaço educativo com foco na formação multidimensional dos alunos. Essa concepção amplia o papel da escola como promotora de equidade e justiça social, especialmente em contextos de vulnerabilidade, conforme destaca Cavalieri (2009).

Do ponto de vista prático, a implementação do ensino em tempo integral exige profundas mudanças na gestão escolar, formação docente, estrutura física, proposta pedagógica e envolvimento comunitário. Estudos como os de Oliveira (2015) e Galian e Sampaio (2012) alertam que a efetividade da educação integral depende de um planejamento articulado, formação continuada de professores e currículos que dialoguem com as realidades locais.

Apesar dos avanços legais e teóricos, ainda existem lacunas na literatura e na prática educacional, especialmente no que tange à análise crítica dos desafios enfrentados pelas escolas públicas na implantação dessa modalidade. Nesse sentido, o presente trabalho se justifica por investigar as estratégias adotadas por uma escola estadual de Bambuí - MG, oferecendo uma contribuição empírica relevante ao campo educacional. Trata-se de um recorte regional pouco explorado academicamente, o que reforça a originalidade da pesquisa e sua importância para subsidiar futuras ações e políticas educacionais mais eficazes.

Assim, ao analisar os impactos da educação em tempo integral na organização pedagógica, no desempenho dos estudantes e na atuação dos profissionais da escola investigada, este estudo contribui para o aprofundamento das reflexões sobre os caminhos e obstáculos da implementação dessa política pública no cenário educacional brasileiro contemporâneo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Compreende-se que o ensino tradicional é baseado exclusivamente na transmissão de conteúdos, enquanto que a educação pedagógica está além disso, visto que ela busca o desenvolvimento pleno do sujeito em suas dimensões intelectual, física, emocional, social, ética e cultural. De acordo com Coelho (2012), a educação integral é uma proposta que entende o aluno como um ser em formação contínua, exigindo da escola uma ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educativas.

A educação integral se apresenta como uma ferramenta para promover a equidade e o desenvolvimento de competências que vão além do cognitivo, como a empatia, o protagonismo e a responsabilidade social, seguindo Paulo Freire (1996) que conceitua educar como um ato político e libertador, que deve contribuir para a formação de sujeitos críticos e participativos. Esse pensamento reforça que a educação não pode se limitar à reprodução de conteúdos, mas deve incentivar a consciência crítica e a transformação social. Ao ser integrada ao conceito de educação integral, sua abordagem amplia o compromisso da escola com a cidadania e a justiça social, mostrando que formar o aluno integralmente é também formar um cidadão ativo, consciente de seu papel na sociedade.

Segundo Moll (2012), o conceito de educação integral não é apenas uma extensão da jornada escolar, é uma integração dos saberes, uma articulação entre currículo formal e experiências significativas, onde se valoriza a cultura local e a participação comunitária. Dessa forma, a escola em tempo integral não deve ser apenas mais tempo na escola, mas sim uma nova organização do tempo educativo. Assim, com a importância da integração de saberes e da valorização da cultura local, é necessário que a escola dialogue com o território em que está inserida, rompendo com modelos homogêneos e descontextualizados. Essa perspectiva torna o processo de ensino-aprendizagem mais significativo, pois conecta os conteúdos escolares com a realidade dos estudantes, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, também reforça o princípio da educação integral ao propor um currículo baseado no desenvolvimento de competências, visto que o documento diz que o trabalho pedagógico deve promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e práticas, alinhando-se às diretrizes de uma educação que considera o aluno como o centro do processo de aprendizagem.

A educação integral, além de trabalhar com o aluno como um indivíduo, se liga também aos direitos sociais e à cidadania, atuando como uma estratégia para combater as desigualdades educacionais, principalmente quando direcionada a populações em situação de vulnerabilidade social. O tempo ampliado oferece às crianças e jovens oportunidades de vivência cultural, esportiva, científica e artística, contribuindo para sua inclusão social e ampliação de horizontes (CAVALIERE, 2009).

Desta forma, compreender os fundamentos da educação integral é essencial para a análise de sua implementação nas escolas públicas. Ela deve ser pensada não apenas como uma política educacional, mas como um projeto social comprometido com a transformação da realidade educacional brasileira.

A construção de políticas públicas voltadas à educação em tempo integral no Brasil vem ganhando força desde a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014. A Meta 6 do PNE prevê a oferta de educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica, atendendo, no mínimo, 25% dos alunos. Essa meta reforça o compromisso do Estado com uma formação mais ampla e equitativa (BRASIL, 2014).

A Lei nº 14.640/2023 institucionaliza o Programa Escola em Tempo Integral, consolidando um marco legal para a ampliação do atendimento educacional. Perante a coordenação da Secretaria de Educação Básica (SEB), o programa oferece suporte técnico e financeiro para que estados e municípios criem matrículas em tempo integral, priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), o programa está estruturado em cinco eixos: ampliar, formar, fomentar, entrelaçar e acompanhar, visando garantir que a implementação seja feita de forma sustentável, com foco na qualidade e equidade. A proposta não é apenas ampliar a carga horária, mas transformar a prática pedagógica para atender aos princípios da educação integral.

Com o objetivo de fortalecer o Ensino Médio em Tempo Integral, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) desenvolveu o projeto “Futuro é Agora”. A campanha busca valorizar as boas práticas, engajar a comunidade escolar e atrair novos estudantes para essa modalidade.

É importante destacar que a criação de políticas públicas efetivas depende de diagnósticos realistas, escuta das comunidades escolares e planejamento participativo. Segundo Oliveira (2015), muitas vezes, a simples ampliação do tempo na escola não resulta em melhores resultados, caso não haja investimento na formação de professores, adequação da infraestrutura e construção de um currículo significativo.

Dessa forma, compreender as políticas públicas voltadas ao ensino em tempo integral é fundamental para avaliar os caminhos percorridos e os desafios ainda presentes na implementação desse modelo nas escolas públicas brasileiras.

Um dos grandes desafios da educação em tempo integral é a reorganização do currículo escolar, visto que a extensão da jornada exige uma reestruturação pedagógica que vai além da adição de disciplinas ou de atividades extras. Segundo Galian e Sampaio (2012) é necessário uma reflexão curricular frente às novas demandas, não é só aumentando o tempo na escola que melhorará a educação. Essa mudança de tempo precisa vir acompanhada de uma reflexão séria sobre o currículo, pois novas configurações de tempo afetam toda a lógica do trabalho pedagógico, desde a organização das disciplinas até as práticas de ensino e avaliação.

Na prática, isso implica repensar os tempos e espaços escolares, de modo que as atividades curriculares e extracurriculares comuniquem e se complementem. O tempo pedagógico precisa ser distribuído de forma equilibrada, garantindo momentos de estudo, criação, descanso, interação e reflexão. Entretanto, como apontam Galian e Sampaio (2012), para além da mera ampliação do tempo, é preciso considerar a vivência de outras experiências culturais para a criança e para o jovem, promovendo uma formação mais ampla e significativa.

Sob a ótica da educação integral, o currículo deve ser compreendido como um processo em constante construção, capaz de integrar diferentes áreas do saber e responder às múltiplas demandas dos sujeitos e da realidade em que estão inseridos. Para isso, como destaca Souza (2010), é necessário oferecer atividades curriculares que enriqueçam as experiências dos estudantes e possibilitem a introdução de novos conteúdos e formas de linguagem, que estejam em sintonia com seus interesses, saberes e valores.

Dessa forma, a escola de tempo integral, ao adotar os princípios da educação integral e ampliar o tempo de permanência dos alunos, precisa conceber o currículo como uma construção contínua no cotidiano escolar, marcada pela flexibilidade e pela articulação entre as

práticas pedagógicas, sem perder a coesão na formação do conhecimento. Isso implica reorganizar o tempo escolar de modo a ampliar as possibilidades de vivência e promover aprendizagens que sejam significativas e libertadoras (FELÍCIO, 2012).

Essa proposta defende a necessidade de transformar a rotina escolar, reavaliando o uso dos espaços e do tempo, com o intuito de criar contextos mais propícios à formação ampla dos alunos. Não se trata de apenas adicionar mais do mesmo ao que já é oferecido (FELÍCIO, 2012). Conforme ressalta Gonçalves (2006), essa ampliação deve ocorrer tanto em termos quantitativos, ao estender a jornada escolar, quanto qualitativos, pois esse tempo a mais deve proporcionar momentos nos quais os conteúdos sejam ressignificados, explorados de forma mais vivencial e participativa, envolvendo ativamente todos os sujeitos do processo educativo.

Além disso, conforme Silva (2020), o sucesso da proposta curricular depende da formação dos docentes e da disposição da equipe pedagógica em romper com modelos tradicionais de ensino. Isso exige um trabalho colaborativo entre professores, gestores e demais profissionais da escola, promovendo uma cultura de inovação e de diálogo constante com a realidade dos alunos.

Nesse sentido, a organização curricular na escola em tempo integral não é apenas uma adequação técnica, mas uma transformação profunda da lógica escolar, em que o currículo deixa de ser um conjunto de conteúdos fragmentados e passa a ser um instrumento de formação integral e cidadã.

A implementação da educação em tempo integral impacta diretamente o trabalho docente, exigindo novas posturas, competências e formas de atuação. O professor deixa de ser apenas transmissor de conteúdo e passa a assumir o papel de mediador de aprendizagens, orientador de projetos de vida e facilitador de experiências diversas de aprendizagem (LIBÂNEO, 2013).

Nesse novo contexto, a formação continuada torna-se uma exigência central. Os profissionais precisam estar preparados para lidar com um currículo mais flexível, com metodologias ativas e com as necessidades de uma jornada escolar ampliada.

Segundo Nóvoa (2009), a identidade profissional do professor se constrói na prática, por meio da reflexão e da troca com seus pares. Por isso, é fundamental que as escolas

promovam espaços de planejamento coletivo, compartilhamento de experiências e construção conjunta de projetos pedagógicos.

A atuação docente em tempo integral também requer uma maior articulação com a comunidade escolar e com os demais profissionais da educação. Atividades interdisciplinares, oficinas, tutorias e projetos de intervenção social fazem parte do cotidiano da escola integral e demandam o envolvimento ativo do professor em diferentes dimensões do processo educativo.

Outro ponto relevante é o cuidado com a saúde mental e a valorização profissional dos docentes. A carga horária estendida e as múltiplas demandas podem gerar sobrecarga se não forem acompanhadas de políticas de suporte e reconhecimento. Como destaca Tardif (2014), o bem-estar do professor é condição essencial para a qualidade da educação.

Assim, o professor é um agente central na concretização da educação integral. Seu engajamento, criatividade e compromisso são determinantes para que a escola em tempo integral cumpra sua função social e formativa.

A implementação da educação em tempo integral nas escolas públicas brasileiras, embora promissora, ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a falta de infraestrutura adequada, o financiamento insuficiente, a resistência de parte da comunidade escolar e as dificuldades de reorganização curricular e pedagógica (OLIVEIRA, 2015).

A ampliação do tempo escolar exige investimentos em espaços físicos, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, refeitórios e áreas para práticas esportivas e culturais. Muitas escolas públicas ainda operam em condições precárias, o que compromete a proposta de oferecer uma educação de qualidade em tempo integral.

Outro desafio é garantir a formação e valorização dos profissionais da educação. A ampliação da carga horária, sem contrapartida adequada em termos salariais, estruturais e de apoio pedagógico, pode gerar desgaste e desmotivação entre os educadores. A formação continuada deve ser pensada de forma sistêmica, atendendo às especificidades do modelo integral.

Além disso, é necessário que as propostas pedagógicas façam sentido para os estudantes e dialoguem com sua realidade. A educação em tempo integral não pode ser uma

imposição vertical, mas deve ser construída com a participação dos alunos, professores, famílias e comunidade local.

Apesar dos inúmeros desafios, a educação em tempo integral representa uma oportunidade concreta de transformação da escola pública. Diversas experiências bem-sucedidas mostram que, quando bem planejada e executada, essa modalidade pode melhorar os indicadores de aprendizagem, reduzir a evasão escolar e ampliar o acesso à cultura, ao esporte e à cidadania. Um exemplo é o Programa de Educação Integral do Estado de Pernambuco, iniciado em 2004, que se tornou referência nacional por apresentar melhorias significativas no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e por promover uma formação integral voltada para o protagonismo juvenil (CUNHA; ARAÚJO, 2021). Outro exemplo é o Projeto de Lei nº 23/2022, que criou o Programa Escola em Tempo Integral, do Ministério da Educação, com o objetivo de ampliar em 1 milhão o número de matrículas nessa modalidade até 2026 (BRASIL, 2023). Estados como Minas Gerais, com o programa Trilhas de Futuro, a Bahia, com o Educar para Transformar, e o Ceará, com sua política de expansão do ensino integral em escolas de ensino médio, também têm adotado medidas estruturadas que associam a ampliação do tempo escolar a uma proposta pedagógica inovadora, integrada e inclusiva (SANTOS; SANTOS, 2020). Esses casos demonstram que, com planejamento, investimento e compromisso político, a educação integral pode contribuir efetivamente para a equidade e qualidade na educação pública brasileira.

Como aponta Cavalieri (2009), a educação em tempo integral deve ser pensada como política de equidade, oferecendo às populações historicamente excluídas as condições para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Dessa forma, a análise crítica dos desafios e possibilidades é fundamental para o aprimoramento das políticas públicas e para o fortalecimento da educação como direito social e instrumento de transformação.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

O presente trabalho consta com um caráter qualitativo, uma vez que busca compreender os significados, percepções e práticas envolvidas na implementação da educação em tempo integral em uma escola estadual. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa tem o compromisso de compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, considerando o significado que eles atribuem às suas experiências.

Neste método científico, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, fundamentada em um material já existente, composto por artigos periódicos, científicos, livros e em consultas em sites, possibilitando a amplitude de informações, utilizando de dados dispersos em vários materiais e ajudando no desenvolvimento de um quadro conceitual sobre o objeto de estudo ora proposto (GIL, 2002).

Trata-se ainda de uma pesquisa de corte transversal, pois os dados foram coletados em um único momento no tempo (SAMPLIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), especificamente durante o mês de julho de 2025. Essa delimitação temporal permite a análise de uma situação atual e concreta, com base na realidade vivenciada naquele período.

3.2 Classificação da pesquisa

Quanto aos fins, este estudo é descritivo, pois objetiva registrar, analisar e interpretar os fenômenos relacionados à implementação da educação em tempo integral, sem interferir ou modificar o ambiente pesquisado. Segundo Gil (2010), pesquisas descritivas buscam descrever as características de determinado fenômeno ou a relação entre variáveis.

Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa de campo, pois a coleta de dados foi realizada diretamente no ambiente onde o fenômeno ocorre, no caso, uma escola estadual que adota o modelo de ensino em tempo integral. Essa modalidade é adequada para investigações que pretendem captar dados da realidade por meio da interação com os sujeitos pesquisados.

3.3 Delimitação da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública estadual localizada no

município de Bambuí – MG, que oferta o Ensino Médio e as turmas de 6º e 7º anos do Ensino Fundamental. Há cinco anos, a escola implementou o modelo de educação em tempo integral, atendendo atualmente 93 estudantes nessa modalidade.

A amostra foi definida por conveniência, de forma não probabilística, com base na acessibilidade e disponibilidade dos sujeitos no momento da coleta. Desta forma, foi entrevistado apenas um profissional da escola.

3.4 Técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados

A técnica de coleta de dados adotada foi a entrevista semiestruturada, utilizando um roteiro previamente elaborado, composto por questões abertas que permitiram ao entrevistado expressar livremente suas opiniões, experiências e percepções sobre o processo de implementação do ensino em tempo integral. O roteiro foi construído com base nos objetivos específicos da pesquisa e fundamentado na revisão de literatura.

O roteiro contou com aproximadamente 14 questões abertas, organizadas em blocos temáticos referentes aos seguintes aspectos: implantação da proposta, estrutura e organização, impacto na aprendizagem, formação e apoio aos docentes, inclusão e equidade, e, por último, desafios e perspectivas.

A análise dos dados obtidos na entrevista foi realizada por meio da análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2016). Essa técnica consiste na identificação e categorização de unidades de significado presentes nas falas do entrevistado, agrupando-as em temas que dialogam com os objetivos específicos da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A entrevista foi realizada com a profissional pedagógica do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) e Ensino Fundamental em Tempo Integral (EFTI) da escola estadual em questão, localizada no município de Bambuí – MG. A análise foi organizada em categorias temáticas que dialogam diretamente com os objetivos específicos deste trabalho.

O primeiro tema abordado foi a implementação da educação em tempo integral. A

primeira pergunta realizada foi: “Como foi o processo de implementação da educação em tempo integral na escola?”. A entrevistada respondeu que o processo de implementação envolveu diversas etapas e requereu planejamento cuidadoso por parte da equipe gestora. As etapas foram:

- a) Diagnóstico e Planejamento Inicial – onde houve a análise da realidade escolar: infraestrutura, número de alunos, recursos humanos e materiais. Além disso, houve uma consulta à comunidade escolar através de reuniões com pais, professores, alunos e gestores para entender expectativas e demandas.
- b) Adequação da Estrutura Física e Organizacional – ampliação de salas, refeitório, banheiros, espaços para atividades esportivas e culturais; redesenho da jornada diária dos estudantes (geralmente de 7h a 9h por dia); e planejamento de refeições adequadas (3 refeições por dia).
- c) Formação da Equipe Escolar – capacitação de professores e gestores através de formação continuada sobre metodologias ativas, currículo integrado e gestão do tempo; a promoção de um currículo diversificado através da inclusão de áreas como cultura, esportes, tecnologia, meio ambiente, direitos humanos, etc.; e a contratação de profissionais, como monitores, oficineiros, coordenadores pedagógicos, entre outros.
- d) Elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) – inclusão de princípios da educação integral, novas práticas pedagógicas e conteúdos interdisciplinares.
- e) Avaliação e Sustentabilidade – avaliação dos resultados educacionais e sociais através de indicadores de aprendizagem, evasão, disciplina, bem-estar dos alunos; e envolvimento contínuo da comunidade escolar para garantir apoio, transparência e continuidade do projeto.

De acordo com a entrevistada, o processo de implementação da educação em tempo integral envolveu várias etapas, incluindo diagnóstico da realidade escolar, adequações físicas e curriculares, capacitação de professores, elaboração de um novo Projeto Político-Pedagógico (PPP) e avaliação contínua. Essas etapas coincidem com as orientações do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pelas diretrizes da Lei nº 14.640/2023, que destaca a ampliação da jornada escolar para, no mínimo, sete horas diárias ou 35 horas semanais, o que exige das escolas uma reorganização de sua estrutura pedagógica, física e administrativa. Contudo, o foco do programa vai além do tempo, onde busca-se qualificar a permanência dos alunos na escola, por meio de experiências formativas diversificadas e contextualizadas.

Conforme o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, programa estrutura-se em cinco eixos fundamentais, que guiam sua implementação:

- Ampliar: expandir o número de matrículas em tempo integral;
- Formar: investir na formação continuada de professores e gestores escolares;
- Fomentar: garantir apoio técnico e financeiro por meio de transferências voluntárias;
- Entrelaçar: promover a integração entre currículo, território e cultura local;
- Acompanhar: realizar o monitoramento e a avaliação contínua da política.

Então, pode-se afirmar que a escola estadual em questão segue os cinco eixos corretamente.

A segunda pergunta foi: “Quais são os principais desafios enfrentados durante a implementação?”. A resposta foi uma lista com explicações:

- a) Infraestrutura inadequada: muitas escolas não possuem salas suficientes, refeitórios, banheiros ou espaços para atividades físicas e culturais. Reformas e ampliações podem demandar tempo e recursos financeiros altos.
- b) Falta de financiamento: manter uma escola em tempo integral exige investimentos contínuos em alimentação, transporte, materiais didáticos e pagamento de pessoal. Nem sempre há repasses regulares dos governos, e a escola pode depender de programas temporários.
- c) Resistência da comunidade escolar: alguns pais e alunos podem resistir à mudança por conta da nova rotina, especialmente em comunidades que dependem do trabalho infantil ou da ajuda dos filhos em casa. Professores e gestores também podem demonstrar resistência por sobrecarga de trabalho ou falta de preparo para o novo modelo.
- d) Dificuldade na formação e contratação de profissionais: nem todos os professores estão preparados para atuar com a proposta de educação integral, que exige práticas pedagógicas interdisciplinares e inovadoras. Há carência de profissionais para oficinas, monitorias e coordenação pedagógica.
- e) Reorganização curricular: adaptar o currículo para atender à formação integral do aluno (intelectual, emocional, social e física) demanda tempo, capacitação e acompanhamento. Pode haver dificuldade em articular disciplinas obrigatórias com atividades complementares (cultura, esporte, tecnologia, etc).
- f) Gestão e planejamento: a gestão de uma escola em tempo integral é mais complexa e

requer um plano bem estruturado, com cronogramas, metas, distribuição de horários e acompanhamento constante. A falta de uma liderança preparada pode comprometer a implementação.

- g) Sustentabilidade a longo prazo: muitos projetos de educação em tempo integral dependem de políticas públicas específicas que mudam com os governos. A falta de continuidade política pode comprometer o funcionamento do programa nos anos seguintes.

Entre os desafios apontados, destaca-se primeiramente a infraestrutura inadequada, o que corrobora com os apontamentos de Cavaliere (2009), que considera que a ampliação do tempo escolar exige não apenas mais horas, mas também melhores condições físicas e estruturais para suportar a nova dinâmica educacional. A presença de refeitórios, áreas de lazer e espaços multifuncionais é fundamental para garantir o bem-estar dos alunos durante a permanência prolongada na escola.

Outro aspecto relevante é a falta de financiamento, uma questão recorrente nas políticas públicas educacionais brasileiras. De acordo com Silva e Sampaio (2016), o financiamento precário compromete diretamente a qualidade da oferta em tempo integral, tornando difícil garantir alimentação, transporte, materiais e recursos humanos especializados. Isso gera impacto direto sobre a sustentabilidade a longo prazo, outro ponto levantado pela entrevistada, refletindo a instabilidade das políticas educacionais que muitas vezes são descontinuadas com as mudanças de gestão governamental (OLIVEIRA, 2012).

A resistência da comunidade escolar também aparece como um obstáculo importante. Essa resistência pode decorrer da falta de compreensão sobre os objetivos do programa, ou de dificuldades práticas enfrentadas por famílias e profissionais da educação. Segundo Paro (2010), qualquer mudança significativa no ambiente escolar precisa ser acompanhada por ações de sensibilização, escuta ativa e formação continuada dos envolvidos.

Além disso, a dificuldade na formação e contratação de profissionais e a reorganização curricular revelam desafios relacionados à qualificação docente e à necessidade de inovação pedagógica. A proposta de educação integral requer uma prática interdisciplinar, metodologias ativas e maior integração entre teoria e prática, o que demanda tempo, formação e apoio institucional, conforme defendido por Veiga (2013).

Por fim, a complexidade da gestão e planejamento reforça a necessidade de lideranças escolares preparadas e de um planejamento estratégico contínuo. Sem isso, como destaca Libâneo (2013), há risco de desorganização e perda de foco no desenvolvimento integral do aluno.

A terceira pergunta foi: “Como a escola envolveu os professores, funcionários e comunidade na implementação da educação em tempo integral?”. A entrevistada respondeu: “A gestão escolar promoveu encontros para apresentar o projeto, ouvir opiniões e esclarecer dúvidas, valorizando a escuta dos docentes. Os professores participaram de cursos, oficinas e palestras sobre metodologias ativas, currículo integrado e competências socioemocionais. Além disso, os docentes ajudaram a elaborar o novo plano de ensino, incluindo sugestões para atividades interdisciplinares e oficinas. Por fim, foram discutidos critérios para remuneração, carga horária e reconhecimento profissional, promovendo o engajamento dos educadores.”

Segundo Cavaliere (2002), a implementação bem-sucedida da escola de tempo integral exige a mobilização de todos os segmentos escolares e o fortalecimento de um projeto político-pedagógico que seja construído coletivamente. A escuta ativa promovida pela gestão, mencionada pela entrevistada, reforça a importância da democratização das decisões e da valorização das vozes dos educadores, algo essencial para que a proposta não seja apenas imposta, mas efetivamente incorporada.

A formação dos professores por meio de cursos, oficinas e palestras, com foco em metodologias ativas, currículo integrado e competências socioemocionais, também dialoga com as diretrizes do Programa Escola em Tempo Integral (Brasil, 2023), que orienta a reestruturação do currículo para que este contemple práticas pedagógicas inovadoras, centradas no protagonismo do aluno e na formação integral.

Além disso, o envolvimento dos professores na elaboração do novo plano de ensino, com sugestões para atividades interdisciplinares e oficinas, mostra-se como uma prática coerente com a perspectiva defendida por Arroyo (2012), para quem o tempo integral não deve ser apenas um prolongamento do tempo escolar, mas uma reformulação qualitativa da experiência educativa, exigindo inovação curricular e engajamento docente.

Por fim, a preocupação com remuneração, carga horária e reconhecimento profissional, como mencionado na resposta, evidencia que a gestão escolar está atenta às

condições de trabalho dos educadores. De acordo com Oliveira (2018), a motivação dos profissionais da educação está diretamente ligada ao reconhecimento de seu trabalho, à valorização salarial e ao respeito à sua jornada laboral, sendo elementos fundamentais para a adesão efetiva ao projeto de tempo integral.

O segundo tema abordado foi estrutura e organização. Assim, a quarta pergunta foi: “Como é organizada a jornada de tempo integral na escola?”. A entrevistada afirmou que a jornada em tempo integral é organizada de forma a garantir o desenvolvimento integral do estudante, combinando atividades curriculares obrigatórias com atividades complementares voltadas ao desenvolvimento físico, emocional, social e cultural. Essa estrutura está em consonância com os princípios da educação integral, conforme definido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas diretrizes do Programa Escola em Tempo Integral.

O documento orientador do Programa Escola em Tempo Integral (BRASIL, 2023) afirma que a jornada estendida deve articular o currículo obrigatório com itinerários formativos diversificados, incluindo oficinas, práticas esportivas, atividades artísticas e ações voltadas à convivência e à cidadania, sempre com foco na formação plena do estudante.

Complementando essa visão, Paro (2010) destaca que a educação integral deve considerar o aluno em sua totalidade e, portanto, a organização do tempo escolar precisa romper com a fragmentação do conhecimento e a rigidez da grade horária, oferecendo uma proposta que integre conteúdos escolares com experiências que estimulem a criatividade, a autonomia e o protagonismo juvenil.

Assim, ao equilibrar disciplinas formais com práticas complementares voltadas ao desenvolvimento físico, emocional, social e cultural, a escola em questão parece seguir uma proposta pedagógica alinhada aos fundamentos da educação integral, promovendo um ambiente mais inclusivo, humano e formativo, como propõem os teóricos da área.

A quinta pergunta foi: “Como a escola garante a integração entre as atividades curriculares e extracurriculares?”. A entrevistada destacou uma série de estratégias que a escola adota para garantir a integração entre o currículo formal e as atividades extracurriculares, como o planejamento pedagógico integrado, o uso de temas transversais como eixo articulador, a colaboração entre professores e oficineiros, a realização de projetos interdisciplinares, a avaliação integrada e a escuta ativa dos alunos. Essas práticas estão fortemente alinhadas aos

fundamentos da educação integral preconizados pela literatura especializada e pelas diretrizes oficiais.

Segundo Beane (1997), a integração curricular é essencial para romper com a lógica fragmentada do ensino tradicional. A adoção de temas transversais e projetos interdisciplinares permite uma abordagem mais conectada com a realidade dos estudantes, promovendo uma aprendizagem mais significativa. A escola, ao utilizar essas estratégias, reconhece que o conhecimento não está compartmentalizado e que os alunos aprendem melhor quando conseguem relacionar os conteúdos escolares com suas vivências e interesses.

Além disso, a participação conjunta de professores e oficineiros reforça o conceito de trabalho coletivo e interdisciplinar, defendido por autores como Arroyo (2012), que vê na educação integral a oportunidade de envolver diferentes saberes e práticas sociais no processo educativo, ampliando o repertório cultural e formativo dos estudantes.

O planejamento pedagógico integrado, como citado pela entrevistada, está de acordo com as orientações do Programa Escola em Tempo Integral (BRASIL, 2023), que enfatiza a importância de uma gestão pedagógica articulada, em que todas as atividades obrigatórias e eletivas estejam conectadas por finalidades comuns e valores formativos.

Além disso, a avaliação integrada é outro ponto importante, pois demonstra uma compreensão mais ampla do processo avaliativo, não restrito à mensuração de conteúdos, mas voltado para o acompanhamento do desenvolvimento global dos estudantes, como propõe Luckesi (2011), ao defender uma avaliação formativa, diagnóstica e contínua.

Por fim, a escuta ativa dos alunos aparece como elemento central na construção de uma escola democrática e significativa. Segundo Freire (1996), é essencial que os educadores reconheçam os alunos como sujeitos de direito, com voz ativa no processo educativo. A escuta qualificada possibilita a construção de um currículo mais vivo e participativo, ajustado às necessidades e interesses dos estudantes.

A sexta pergunta foi: “Como a educação em tempo integral tem impactado a aprendizagem dos alunos?”. A resposta foi: “A educação em tempo integral tem impactado positivamente a aprendizagem dos alunos ao tornar o ensino mais prático e contextualizado, por meio da integração entre disciplinas e atividades extracurriculares. Isso aumenta o interesse,

o engajamento e a permanência dos estudantes na escola, fortalece o vínculo com o ambiente escolar e contribui para a redução de desigualdades sociais, especialmente entre os alunos em situação de vulnerabilidade.”

A integração entre as disciplinas e as atividades extracurriculares torna o aprendizado mais prático e contextualizado, favorecendo o interesse e o engajamento dos estudantes. Os projetos interdisciplinares permitem que os alunos apliquem o conhecimento em situações reais, ampliando a compreensão. Além disso, a rotina mais completa e acolhedora, somada ao acompanhamento pedagógico mais próximo, contribui diretamente para a permanência dos alunos na escola. Os estudantes se sentem mais envolvidos e valorizados, o que reduz significativamente os problemas de disciplina, abandono escolar e baixo rendimento.

O fortalecimento da relação com a escola transforma o ambiente escolar em um espaço de pertencimento, segurança e desenvolvimento integral, promovendo um vínculo afetivo mais sólido com a instituição, o que se reflete positivamente no comprometimento dos alunos com o processo de aprendizagem. Para alunos oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis, a escola em tempo integral oferece acesso a atividades culturais, esportivas e formativas que, muitas vezes, não estariam disponíveis fora do ambiente escolar, contribuindo assim para a redução das desigualdades educacionais e sociais.

Dando sequência na entrevista, o terceiro tema foi o impacto na aprendizagem. Desta forma, a sétima pergunta foi: “Como a escola avalia o impacto da educação em tempo integral na aprendizagem dos alunos?”. A resposta foi: “através do acompanhamento do desempenho escolar; de avaliações diagnósticas e formativas; de observações pedagógicas e registros; do monitoramento das atividades extracurriculares; da escuta da comunidade escolar; dos indicadores de permanência e rendimento; e dos relatórios e reuniões de avaliação.”.

A resposta da entrevistada apontou um conjunto diversificado de estratégias de avaliação contínua e qualitativa, destacando o acompanhamento do desempenho escolar, o uso de avaliações diagnósticas e formativas, observações pedagógicas, monitoramento das atividades extracurriculares, escuta da comunidade escolar, indicadores de permanência e rendimento, além de relatórios e reuniões de avaliação. Essa multiplicidade de instrumentos revela uma compreensão ampliada e coerente com a concepção de avaliação presente na educação integral.

Segundo Luckesi (2011), a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo, formativo e participativo, voltado para a melhoria da aprendizagem e não apenas como um instrumento classificatório. A presença das avaliações diagnósticas e formativas e das observações pedagógicas reforça essa abordagem, pois permite identificar as potencialidades e dificuldades dos alunos ao longo do processo, possibilitando a intervenção pedagógica tempestiva e ajustada à realidade de cada estudante.

A inclusão do monitoramento das atividades extracurriculares na avaliação evidencia a preocupação da escola com o impacto da formação integral, que vai além dos conteúdos disciplinares. Segundo Moll (2012), é fundamental avaliar os resultados das práticas integradas ao currículo, pois elas contribuem significativamente para o desenvolvimento socioemocional, cultural e corporal dos alunos, dimensões muitas vezes negligenciadas em modelos tradicionais.

O uso de indicadores de permanência e rendimento escolar, como mencionou a entrevistada, está alinhado com as orientações do Programa Escola em Tempo Integral (BRASIL, 2023), que prevê o acompanhamento sistemático da frequência, da participação e do desempenho acadêmico como forma de medir o impacto da jornada ampliada na trajetória escolar dos estudantes.

Outro ponto de destaque é a escuta da comunidade escolar, incluindo alunos, famílias e equipe pedagógica, como parte do processo avaliativo. Essa prática se aproxima da perspectiva defendida por Freire (1996), que valoriza o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. Envolver a comunidade na avaliação não apenas amplia os dados considerados, mas também fortalece os vínculos entre escola e território, gerando pertencimento e corresponsabilidade.

Por fim, os relatórios e reuniões de avaliação são instrumentos importantes de sistematização e reflexão coletiva. De acordo com Oliveira (2018), momentos de avaliação institucional e pedagógica são essenciais para que a equipe escolar possa analisar os avanços e desafios da implementação do tempo integral, promover ajustes nas estratégias adotadas e reafirmar os compromissos com a qualidade da educação pública.

O quarto tema da entrevista foi a formação e apoio aos professores. A oitava pergunta foi: “Como a escola apoia os professores na implementação da educação em tempo

integral?”. A entrevistada respondeu: “através da formação continuada, tempo para planejamento, integração, escuta, valorização, acompanhamento pedagógico próximo, disponibilização de materiais e recursos, incentivo à inovação e à autonomia docente, dentre outras.”

A resposta da entrevistada evidencia uma série de medidas adotadas pela escola para apoiar os professores durante a implementação da jornada ampliada, e essas ações convergem fortemente com o que preconiza a literatura sobre a sustentação de projetos pedagógicos inovadores e transformadores, como a educação em tempo integral.

A formação continuada é apontada como um pilar essencial para a transformação das práticas pedagógicas. Libâneo (2013), por exemplo, afirma que apenas por meio da reflexão sistemática sobre a prática e do aperfeiçoamento constante é possível desenvolver metodologias que respondam aos desafios da escola pública contemporânea. A formação, quando aliada ao tempo específico para o planejamento coletivo, como mencionado pela entrevistada, fortalece a coesão curricular e a integração das ações pedagógicas, permitindo maior alinhamento entre os objetivos do ensino e as necessidades dos estudantes.

A prática da escuta, valorização e incentivo à autonomia docente vai ao encontro do pensamento de Freire (1996), que defende uma escola onde o professor não seja um mero executor de tarefas, mas um sujeito reflexivo, capaz de criar, propor e construir caminhos próprios a partir das especificidades do seu contexto. Essa autonomia, contudo, exige o apoio formal e reconhecido de uma instituição, o que a entrevistada demonstra estar sendo garantido por meio do acompanhamento pedagógico e da disponibilização de recursos.

De acordo com Oliveira (2018), as mudanças propostas pela educação integral só se tornam efetivas quando a gestão escolar reconhece o professor como protagonista do processo educativo e oferece condições reais de trabalho. Isso inclui infraestrutura adequada, suporte pedagógico, formação específica e reconhecimento profissional, exatamente os pontos relatados na fala da entrevistada. Além disso, a integração entre os professores, promovida pela escola, favorece o surgimento de uma cultura colaborativa, fundamental para a construção de um projeto pedagógico de tempo integral consistente.

A nona pergunta foi: “Quais são as principais necessidades de formação e apoio dos professores em relação à educação em tempo integral?”. A resposta foi: “Metodologias ativas

(como projetos, oficinas, aprendizagem por investigação e resolução de problemas); ensino interdisciplinar e contextualizado, que conecte conteúdos curriculares com temas da vida real; tecnologias educacionais e o uso de recursos digitais como ferramentas de apoio à aprendizagem; entendimento dos princípios e objetivos da educação em tempo integral, voltados à formação completa do aluno (intelectual, emocional, social, física e cultural); clareza sobre o novo papel do professor como mediador do conhecimento e facilitador de experiências formativas diversificadas; formação para lidar com empatia, escuta ativa, mediação de conflitos e inteligência emocional e habilidade para apoiar os alunos em sua formação humana e cidadã, não apenas acadêmica.”

O destaque dado às metodologias ativas, como projetos, oficinas, investigação e resolução de problemas, está em harmonia com autores como Moran, Masetto e Behrens (2013), que defendem que o ensino em tempo integral deve superar a transmissão mecânica de conteúdos, favorecendo a aprendizagem participativa, significativa e centrada no estudante. Tais metodologias tornam o aluno protagonista e exigem que o professor atue como mediador, o que está coerentemente citado na fala da entrevistada.

A necessidade de uma prática interdisciplinar e contextualizada, conectando conteúdos escolares com situações da vida real, é defendida por Beane (1997), que considera essa abordagem essencial para tornar a escola mais próxima das vivências dos alunos. A interdisciplinaridade rompe com a lógica fragmentada do currículo tradicional, contribuindo para uma formação mais integrada e humanizadora.

Além disso, diante da era tecnológica, o uso de tecnologias digitais como ferramentas pedagógicas também é fundamental nesse novo cenário. De acordo com Kenski (2012), os recursos digitais ampliam as possibilidades de mediação do conhecimento, permitindo abordagens mais criativas, colaborativas e adaptadas às linguagens dos estudantes da contemporaneidade.

Outro ponto relevante é a compreensão dos princípios e objetivos da educação em tempo integral, que, como destaca o Programa Escola em Tempo Integral (BRASIL, 2023), está voltada à formação integral do aluno em todas as suas dimensões intelectual, emocional, física, social e cultural. Essa visão exige que os professores sejam preparados não apenas para ensinar conteúdos, mas para apoiar o desenvolvimento humano, ético e cidadão dos estudantes.

A entrevistada também mencionou a importância dos docentes desenvolverem habilidades socioemocionais, como empatia, escuta ativa, mediação de conflitos e inteligência emocional. Essas competências são cada vez mais valorizadas, especialmente em contextos de ampliação da jornada escolar, onde os vínculos afetivos e as relações interpessoais ganham maior centralidade. Segundo Goleman (1995), a inteligência emocional é tão importante quanto a cognitiva para o sucesso pessoal e profissional, e, no caso do professor, para o exercício de uma mediação pedagógica sensível e humanizada.

A décima pergunta foi: “Como a escola promove a colaboração e o trabalho em equipe entre os professores?”. A entrevistada respondeu que promove através de reuniões pedagógicas regulares, planejamento integrado e por áreas, projetos interdisciplinares, reconhecimento e valorização do trabalho coletivo, e acompanhamento e mediação da coordenação pedagógica.

A realização de projetos interdisciplinares reforça a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma abordagem mais significativa e contextualizada da aprendizagem, como propõem Libâneo (2013) e Veiga (2013). O reconhecimento e valorização do trabalho coletivo também são fundamentais, pois estimulam o comprometimento dos profissionais com os objetivos comuns da escola.

Por fim, o papel da coordenação pedagógica como mediadora do processo de colaboração é essencial para garantir a coerência entre teoria e prática, além de acompanhar e apoiar os professores nas suas demandas cotidianas (OLIVEIRA, 2008; PLACCO; ALMEIDA, 2012). Essa mediação favorece a construção de uma cultura de cooperação, essencial para o êxito da educação em tempo integral.

Em sequência, a inclusão e equidade foram o quinto tema da entrevista. Diante disso, a décima primeira pergunta foi: “Como a escola garante a inclusão e equidade na educação em tempo integral?”. A resposta foi “através da adaptação curricular e metodológica para alunos com deficiência, transtornos ou altas habilidades; da presença de profissionais de apoio (professores de atendimento educacional especializado – AEE); do fornecimento de alimentação escolar balanceada e gratuita, com até três refeições por dia; da garantia de acessibilidade física e comunicacional nos espaços escolares e nas atividades; da valorização da diversidade cultural e social; da participação da comunidade e das famílias; do encaminhamento para as equipes multiprofissionais (como assistentes sociais, psicólogos,

serviços externos) para atender estudantes em situação de vulnerabilidade e da promoção de um ambiente afetivo, seguro e acolhedor, com espaços de escuta e diálogo.”

A garantia da inclusão e equidade na educação em tempo integral, conforme a resposta da entrevistada, envolve um conjunto articulado de ações pedagógicas, estruturais e sociais. A adaptação curricular e metodológica para alunos com deficiência, transtornos e altas habilidades demonstra o compromisso com uma educação personalizada, respeitando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem, como defendem Mantoan (2006) e Rodrigues (2011).

A presença de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) reforça a implementação de políticas inclusivas, garantindo suporte aos estudantes que necessitam de acompanhamento individualizado. A alimentação escolar balanceada e gratuita, com até três refeições diárias, é também um elemento de equidade, pois atende não apenas a uma necessidade nutricional, mas contribui para a permanência e o desempenho escolar, como apontam Arroyo (2012) e Silva (2015).

Além disso, a acessibilidade física e comunicacional nos espaços escolares assegura o direito de ir e vir e o pleno acesso à informação, enquanto a valorização da diversidade cultural e social favorece a construção de uma escola democrática e plural. A participação ativa da comunidade e das famílias amplia a rede de apoio ao estudante e fortalece os vínculos escola-família, aspecto central nas diretrizes de uma educação emancipadora (FREIRE, 1996).

Por fim, o encaminhamento para equipes multiprofissionais e a promoção de um ambiente afetivo e acolhedor demonstram a preocupação com o bem-estar integral do aluno, indo além do aspecto cognitivo e contemplando as dimensões emocionais e sociais.

A décima segunda pergunta foi: “Quais são as estratégias utilizadas para apoiar os alunos com necessidades especiais ou em situação de vulnerabilidade?”. A resposta da entrevistada foi: “Atendimento Educacional Especializado (AEE); apoio de profissionais especializados; adaptação curricular e metodológica; acompanhamento pedagógico personalizado; suporte para necessidades básicas e envolvimento das famílias e comunidade.”

Essas ações dialogam com o conceito de educação integral como promotora da equidade social, conforme defendido por Cavaliere (2009) e reforçado pela Lei nº 14.640/2023,

que prioriza escolas com estudantes em situação de vulnerabilidade.

O sexto e último tema foi desafios e perspectivas.

A décima terceira pergunta foi: “Quais são as perspectivas para o futuro da educação em tempo integral na escola?”. A resposta foi uma lista:

- Ampliação do número de escolas com tempo integral, especialmente na rede pública, com apoio de programas federais e estaduais;
- Maior inclusão de turmas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com oferta diversificada de atividades curriculares e complementares;
- Adoção de metodologias inovadoras e centradas no aluno, como projetos interdisciplinares, e aprendizagem baseada em problemas;
- Fortalecimento da formação continuada de professores e da integração entre teoria e prática pedagógica;
- Uso mais estratégico de tecnologias educacionais para personalizar o ensino e ampliar o acesso ao conhecimento;
- Crescente valorização de habilidades socioemocionais, cidadania, ética, criatividade e protagonismo juvenil;
- Inclusão estruturada de componentes como projetos de vida, empreendedorismo, sustentabilidade e cultura digital;
- Fortalecimento das ações voltadas a alunos com deficiência, transtornos de aprendizagem ou em situação de vulnerabilidade social;
- Promoção de uma educação mais antirracista, inclusiva, democrática e respeitosa às diversidades;
- Fortalecimento do protagonismo estudantil em decisões pedagógicas, construção de projetos e melhoria da escola;
- Incentivo à escuta e à participação dos alunos em conselhos, grêmios e ações escolares;
- Planejamento de longo prazo com uso de dados, avaliação contínua e gestão participativa;
- Busca por modelos mais sustentáveis, com investimento em infraestrutura, alimentação, equipe multidisciplinar e recursos pedagógicos.

Essas perspectivas estão em consonância com o projeto “Futuro é Agora”, da SEE-

MG, e refletem as diretrizes contemporâneas de inovação pedagógica, valorização das competências socioemocionais e formação cidadã (BRASIL, 2014; MOLL, 2012; OLIVEIRA, 2015).

A décima quarta e última pergunta foi: “Como a escola planeja continuar melhorando e aprimorando a educação em tempo integral?”. A resposta foi uma lista:

- Ampliação das formações continuadas sobre metodologias ativas, ensino interdisciplinar, avaliação formativa e inclusão;
- Criação de grupos de estudo e troca de práticas pedagógicas, promovendo a inovação e o trabalho colaborativo entre os educadores;
- Incentivo à reflexão sobre o papel do professor no tempo integral e sua atuação como mediador da aprendizagem e da formação humana;
- Revisão constante do projeto político-pedagógico (PPP) para garantir que ele reflita os princípios da educação integral;
- Ampliação e diversificação das atividades extracurriculares e oficinas formativas, considerando os interesses dos alunos e a realidade local;
- Maior integração entre os componentes curriculares e as atividades complementares, com foco na formação integral (cognitiva, emocional, social e física);
- Planejamento para adequação e ampliação dos espaços físicos: salas, laboratórios, áreas de convivência, quadras e refeitórios;
- Aquisição de materiais didáticos, equipamentos tecnológicos e recursos pedagógicos que favoreçam uma educação ativa, criativa e integrada;
- Continuidade de projetos voltados para a educação emocional, convivência e cidadania;
- Formação de professores para lidar com aspectos emocionais e sociais dos alunos;
- Criação de espaços de escuta, acolhimento e apoio psicossocial;
- Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino, cultura, esporte e saúde para enriquecer o tempo integral;
- Incentivo à inovação pedagógica, com abertura para novas práticas e tecnologias educacionais.

A ampliação das formações continuadas e a criação de grupos de estudo e troca de práticas mostram que a escola entende a importância do desenvolvimento profissional docente como um processo permanente. Como defendem Nóvoa (1999) e Libâneo (2013), a formação

precisa estar integrada ao cotidiano da escola, promovendo a reflexão crítica sobre a prática e a atualização metodológica, especialmente quando se trata de metodologias ativas, ensino interdisciplinar e inclusão, temas centrais na proposta de tempo integral.

Ao incentivar a reflexão sobre o papel do professor como mediador da aprendizagem e da formação humana, a escola reafirma a visão freiriana de que o educador é facilitador de experiências emancipatórias, e não apenas transmissor de conteúdos (FREIRE, 1996). A revisão constante do Projeto Político-Pedagógico (PPP) também é uma ação fundamental, conforme destaca Veiga (2008), pois o PPP deve refletir os valores, objetivos e práticas da escola, sendo constantemente atualizado em diálogo com a comunidade escolar.

A ampliação das atividades extracurriculares e a busca por maior integração entre currículo e atividades complementares evidenciam o esforço da escola em atender à concepção de formação integral defendida por autores como Moll (2012), que inclui as dimensões cognitiva, emocional, social, física e cultural. Para que isso ocorra, a adequação dos espaços físicos é essencial, como bem destacado pela entrevistada. Oliveira (2018) ressalta que ambientes escolares adequados e bem equipados contribuem significativamente para a qualidade do ensino e a permanência dos alunos.

A atenção aos aspectos emocionais e sociais dos alunos, por meio de formações específicas para os professores, espaços de escuta, acolhimento e apoio psicossocial, bem como a continuidade de projetos voltados à convivência e cidadania, alinha-se com o que Goleman (1995) e Lück (2011) apontam como indispensável para o desenvolvimento humano completo. Esse cuidado amplia o papel da escola como espaço de proteção, vínculo e pertencimento.

Além disso, o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino, cultura, saúde e esporte está previsto nas diretrizes da Educação Integral (BRASIL, 2023) como estratégia para conectar a escola ao território e ampliar o repertório formativo dos estudantes.

Por fim, o incentivo à inovação pedagógica e o investimento em recursos tecnológicos indicam uma abertura para práticas educativas atualizadas e conectadas com as realidades digitais dos alunos. Kenski (2012) lembra que a inserção crítica das tecnologias na escola potencializa a autonomia, a criatividade e a personalização da aprendizagem.

A análise da entrevista com a profissional pedagógica revelou que a implementação

da educação em tempo integral na escola estadual estudada tem se pautado por um planejamento cuidadoso e alinhado às diretrizes nacionais. Observou-se o comprometimento da gestão escolar na reorganização da estrutura física, na formação docente e na promoção de práticas pedagógicas inovadoras que visam à formação integral dos alunos.

Apesar dos avanços, ainda persistem desafios significativos, como limitações de infraestrutura, financiamento instável e necessidade contínua de capacitação dos profissionais. No entanto, a escola tem buscado estratégias participativas e colaborativas para superar esses obstáculos, valorizando o protagonismo docente, a escuta ativa da comunidade e a integração curricular.

Os dados indicam impactos positivos na aprendizagem, na permanência escolar e na redução das desigualdades educacionais, evidenciando que a educação em tempo integral, quando bem estruturada, pode contribuir efetivamente para uma escola mais inclusiva, democrática e humanizadora.

5 CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste trabalho permitiu compreender que a implementação da educação em tempo integral na escola pública estadual de Bambuí – MG representa uma iniciativa significativa no enfrentamento das desigualdades educacionais e na promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Observou-se que a proposta, ainda que promissora, exige mudanças profundas na estrutura física, na organização curricular, nas práticas pedagógicas e na atuação docente.

A entrevista com a entrevistada pedagógica revelou que o processo de implantação foi cuidadosamente planejado, envolvendo diagnóstico institucional, adequações estruturais, formação continuada e reestruturação do Projeto Político-Pedagógico. Contudo, persistem desafios relacionados à infraestrutura, financiamento, resistência da comunidade escolar e à formação dos profissionais da educação.

Conclui-se, portanto, que a efetividade da educação em tempo integral depende do engajamento coletivo, do investimento público contínuo, de políticas educacionais consistentes e de uma gestão comprometida com a equidade. A escola precisa ser um espaço de aprendizagem significativa, conectado à realidade dos estudantes e capaz de promover sua

formação plena.

Neste sentido, a presente pesquisa contribui ao evidenciar, por meio de uma abordagem qualitativa e situada, como a política de educação em tempo integral tem sido operacionalizada no contexto de uma escola pública do interior mineiro. Ao dar voz à profissional pedagógica, o estudo oferece subsídios para gestores, pesquisadores e formuladores de políticas educacionais compreenderem os avanços, limitações e possibilidades da proposta, especialmente em regiões que enfrentam desafios estruturais e sociais. Dessa forma, este trabalho fortalece o debate sobre a importância de políticas educacionais equitativas e sustentáveis, que considerem as realidades locais e valorizem o protagonismo das escolas na construção de uma educação pública de qualidade.

REFERENCIAS

- ARROYO, Miguel. **Curriculum, território em disputa.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ARROYO, Miguel. **Escola cidadã:** o projeto ético-político da escola pública. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEANE, James A. **Curriculum integrado:** construindo conexões entre a escola e o mundo. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ações e programas:** escola em tempo integral. Brasília, DF: FNDE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/escola-em-tempo-integral>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: FNDE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/escola-em-tempo-integral>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Escola em Tempo Integral.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica.** Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: MEC/SEB, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação:** PNE 2014–2024. Brasília, DF: MEC, 2014
- CAVALIERE, Ana Maria. Educação em tempo integral: uma política possível? **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 71-100, 2002.
- CAVALIERE, Ana Maria. Educação integral: entre o ideal e o possível. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 137, p. 611–639, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/BKjrxct5Cd7sfKdJq6TnGVC/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- CAVALIERE, Ana Maria. Educação integral no Brasil: avanços e desafios. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 29-44, jan./jun. 2009.
- COELHO, Maria Teresa Goudard. **Educação Integral:** desafios e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2012.
- CUNHA, Djalma Ferreira da; ARAÚJO, Christiane Carla Silva Nunes Dias de. **Educação**

integral em Pernambuco: impactos sociais na vida de jovens e adolescentes. Educação Pública – CECIERJ, Rio de Janeiro, 26 jan. 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/3/educacao-integral-em-pernambuco-impactos-sociais-na-vida-de-jovens-e-adolescentes>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. Análise curricular da escola de tempo integral na perspectiva da educação integral. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.8 n.1 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/9035/6634>. Acesso em: 20 de julho de 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GALIAN, Claudia Valentina Assumpção e SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. Educação em tempo integral: implicações para o currículo da escola básica. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 2, p. 403-422, 2012. Tradução. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003107175>. Acesso em: 17 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de pesquisa.** 4^a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. **Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral.** 2006. IN: Cadernos CENPEC / Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Educação Integral. nº 2 (2006). São Paulo: CENPEC, 2006.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional:** a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GOV.BR **Escola em Tempo Integral.** Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/escola-em-tempo-integral>. Acesso em: 14 jul. 2025.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** 6. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional:** uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Campanha Futuro é Agora busca fortalecer o Ensino Médio em Tempo Integral.** 2023. Disponível em:

<https://www.educacao.mg.gov.br/secretaria-de-educacao-lanca-campanha-futuro-e-agora-para-fortalecer-o-ensino-medio-de-tempo-integral>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **SEE lança campanha “Futuro é Agora” para fortalecer o Ensino Médio em Tempo Integral**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/secretaria-de-educacao-lanca-campanha-futuro-e-agora-para-fortalecer-o-ensino-medio-de-tempo-integral/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**: uma abordagem integradora entre a teoria e a prática. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOLL, Jaqueline. **Educação integral**: texto base. Brasília: MEC/SECADI, 2012.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarciso; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2013.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

NÓVOA, António. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Coordenação pedagógica e trabalho docente**: entre a prescrição e a mediação. In: DALBEN, Ângela et al. (org.). *Didática e prática de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 155-172.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Políticas de financiamento da educação básica no Brasil**: limites e possibilidades para a educação integral. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 1141-1160, out./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400005>.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Políticas públicas e educação**: entre a equidade e a eficiência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 588–609, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/LSkxnBpHQPKHJNLtBz3xqBt/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2025.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Trabalho docente e políticas públicas**: uma análise crítica da educação básica brasileira. São Paulo: Autores Associados, 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Educação integral e escola pública**: sentidos e práticas em construção. São Paulo: Cortez, 2010.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **Coordenação pedagógica**: entre o real e o possível. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

RODRIGUES, David. **Educação inclusiva**: que escola é essa?. São Paulo: Paulus, 2011.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista.

Metodologia de pesquisa. 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SANTOS, Emanuel Alves dos; SANTOS, Maria Lenilda Lima dos. Educação integral em tempo integral: um estudo sobre a implementação do modelo nas escolas estaduais do semiárido alagoano. **Revista Educação e (Trans)formação, Arapiraca**, v. 5, n. esp., p. 1–20, 2020. Disponível em: <https://anepecp.org/ojs/index.php/br/article/view/215/22>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SILVA, Fátima Aparecida da; SAMPAIO, Heliete Maria. Desafios e possibilidades da educação integral em tempo integral. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 511-528, abr./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016163407>.

SILVA, Rosangela Aparecida da. A alimentação escolar e a permanência dos alunos na escola pública: uma relação de dependência. **Revista Educação Pública**, v. 15, n. 17, 2015.

SILVA, Simone Santos da. Currículo e tempo integral: desafios para a gestão escolar democrática. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 78-96, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/45013>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SOUZA, Danilo de Melo. **Educação Integral em Palmas no Tocantins: Implantação e Sustentabilidade**. In: DALBEN, Ângela I. L. de Freitas (et. al.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2008.

ANEXO A – Entrevista

Sobre a implementação da educação em tempo integral:

1. Como foi o processo de implementação da educação em tempo integral na escola?
2. Quais foram os principais desafios enfrentados durante a implementação?
3. Como a escola envolveu os professores, funcionários e comunidade na implementação da educação em tempo integral?

Sobre a estrutura e organização:

4. Como é organizada a jornada de tempo integral na escola?
5. Como a escola garante a integração entre as atividades curriculares e extracurriculares?
6. Como a educação em tempo integral tem impactado a aprendizagem dos alunos?

Sobre o impacto na aprendizagem:

7. Como a escola avalia o impacto da educação em tempo integral na aprendizagem dos alunos?

Sobre a formação e apoio aos professores:

8. Como a escola apoia os professores na implementação da educação em tempo integral?
9. Quais são as principais necessidades de formação e apoio dos professores em relação à educação em tempo integral?
10. Como a escola promove a colaboração e o trabalho em equipe entre os professores?

Sobre a inclusão e equidade:

11. Como a escola garante a inclusão e equidade na educação em tempo integral?
12. Quais são as estratégias utilizadas para apoiar os alunos com necessidades especiais ou em situação de vulnerabilidade?

Sobre os desafios e perspectivas:

13. Quais são os principais desafios que a escola enfrenta na implementação da educação em tempo integral?
14. Como a escola planeja continuar melhorando e aprimorando a educação em tempo integral?